



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

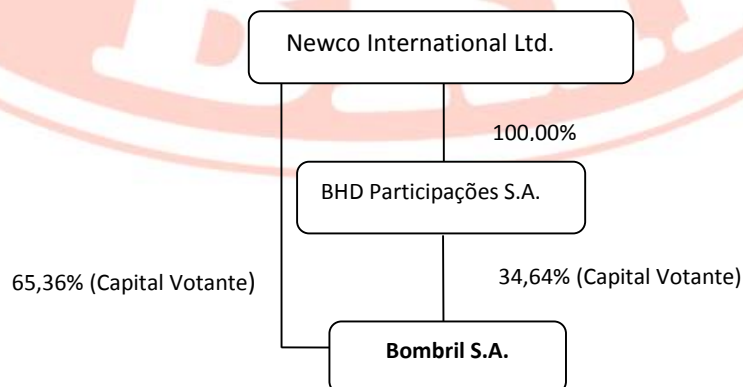
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bombril S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto listada na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código BOBR4, com sede e principal local de negócios na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. A Companhia também possui plantas produtivas nas cidades de Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco e Sete Lagoas, no Estado de Minas Gerais.

A Companhia atua no segmento da indústria de higiene e limpeza, fabricando produtos de consumo doméstico e industrial, dentre os quais se destacam: esponja de aço, detergentes líquidos, saponáceos, desinfetantes, limpadores, lava-roupas, amaciantes e outros, os quais chegam à casa do consumidor por meio de marcas consagradas como Bombril, Limpol, Sapólio Radium, Pinho Bril, Pratices, Tanto, MonBijou, Lysoform, Vantage entre outras.

No período entre 28 de julho de 2003 até 7 de julho de 2006, a Companhia esteve sob Administração Judicial em razão de execução movida pela Newco International Ltd., contra a então controladora indireta, Cirio Finanziaria S.p.A, e controladora direta, Bombril Holding S.A. atual BHD Participações S.A. .

A estrutura atual de controle da Companhia está representada, conforme segue:



O cenário macroeconômico desafiador, fortemente impactado pelas incertezas políticas, que culminou com desvalorização do real frente ao dólar, aumento da inflação e do desemprego e restrição de crédito, gerou, como consequência retração de demanda, afetando os resultados esperados pela Bombril para o ano de 2015.

Tendo em vista a expectativa de mercado, que não indica apresentar melhoras em 2016, os acionistas controladores tomaram a decisão de promover ampla reestruturação operacional e financeira da companhia, buscando melhores rentabilidades por produto, redução de custos e

despesas visando ganho de eficiência, além de implementação de melhores práticas de mercado para processos e controles internos.

Entre as ações de reestruturação, houve mudança dos principais executivos da companhia e a contratação de consultoria especializada, que ajudará na implementação do novo plano de negócio alinhado com a realidade macroeconômica e visão de longo prazo.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A emissão das presentes informações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 29 de março de 2016, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam potencialmente produzir efeitos sobre estas informações contábeis consolidadas.

2.1. Base de apresentação

As informações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards "IFRS") emitidos pela International Accounting Standards Board "IASB" e interpretações emitidas pela International Financial Reporting Interpretations Committee "IFRIC", implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis "CPC" e suas interpretações "ICPC" e orientações "OCPC", aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários "CVM".

As informações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são divulgadas em conjunto com as informações contábeis consolidadas.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as informações contábeis consolidadas individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

Tendo em vista não existir diferença entre o Patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis consolidadas preparadas de acordo com IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o Patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações contábeis consolidadas individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis consolidadas individuais e consolidadas em um único conjunto.

2.2. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis consolidadas da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as empresas consolidadas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminadas integralmente nas informações contábeis consolidadas.

Essas informações contábeis consolidadas apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas:

Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.

Controlada integral da Bombril S.A., com sede em São Bernardo do Campo - SP, tem como principal atividade a compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios, além da participação societária direta de 100% no capital social da Bombril Mercosul S.A. e de 12,17% da Bombril Overseas Inc.

Bombril Mercosul S.A.

Controlada indireta integral da Bombril S.A., por meio da empresa Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., com sede em São Bernardo do Campo - SP. Atualmente, não desenvolve atividades industriais e, por decorrência, aluga o seu ativo imobilizado para a Companhia. Atualmente, possui 67,15% da Bril Cosméticos S.A.

Bombril Overseas Inc.

Controlada da Bombril S.A. com participação direta em 87,83% no seu capital social e participação indireta de 12,17% no seu capital social por meio da Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., a Bombril Overseas Inc. está constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas e com o objetivo social de explorar qualquer tipo de atividade empresarial permitida pela legislação daquele país.

Os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc. relativos aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2002 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reconstituídos pelos seus administradores, tendo por base cópias de documentos, contratos, planilhas de controle, etc. A Administração tem dedicado seus melhores esforços para as providências necessárias quanto à documentação original e demais assuntos ligados a essa controlada.

Bril Cosméticos S.A.

Constituída em 3 de maio de 2011 esta empresa é controlada da Bombril S.A. com participação direta em 32,85% e participação indireta de 67,15% no seu capital social por meio da Bombril Mercosul S.A. e atualmente possui 0,01% da Bril Store, com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, tendo como principal atividade o comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria e higiene pessoal.

Bril Store Comércio Digital Ltda.

Constituída em 27 de janeiro de 2015 esta empresa é controlada da Bombril S.A. com participação direta em 99,99% e participação indireta de 0,01% no seu capital social por meio da Bril Cosméticos S.A. com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, tendo como principal atividade a comercialização no mercado varejista e/ou atacadista em geral, no País e/ou no exterior, de quaisquer bens e produtos no seguimento de limpeza e cosméticos, mediante a utilização de meios eletrônicos, em especial, da rede mundial de computadores.

A participação societária da Bombril S.A. sobre suas controladas diretas e indiretas encontra-se da seguinte forma:

Controladas	Participação (%)			
	31.12.15		31.12.14	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	100%	0%	100%	0%
Bombril Mercosul S.A.	0%	100%	0%	100%
Bombril Overseas Inc.	87,83%	12,17%	87,83%	12,17%
Bril Cosméticos S.A.	32,85%	67,15%	32,85%	67,15%
Bril Store Comércio Digital Ltda.	99,99%	0,01%	0%	0%

2.3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações contábeis consolidadas estão descritas a seguir:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores aos 90 dias, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato com baixo risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

b. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

c. Contas a receber de clientes

São apresentadas ao valor presente, se relevante, e de realização. No período apresentado, o ajuste a valor presente calculado das contas a receber de clientes de curto prazo foi considerado não relevante. A provisão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída com base em análise de risco de inadimplência de cada conta a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às prováveis perdas na realização dos créditos.

d. Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

e. Investimentos

Nas demonstrações contábeis consolidadas individuais, as informações das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

f. Imobilizado

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação / amortização e perda por redução ao valor recuperável. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa amortização, que segue a vida útil do bem reavaliado.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado com as taxas de depreciação e amortização demonstradas na nota explicativa nº. 14. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

g. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou provisão para perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Ativos que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou método que reflita o benefício econômico do ativo intangível.

h. Provisão para perdas do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Os ativos intangíveis de vida útil indeterminada têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando o valor contábil líquido dos referidos ativos ultrapassa o recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício.

i. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo menor valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo; acrescidos quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pelo método linear considerando sua vida útil estimada. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que estes pagamentos não sejam feitos nessa base.

j. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado,

sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

(i) Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do grupo, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(ii) Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos registrados nas informações contábeis consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia venha a apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

l. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

m. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

n.1 Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, outras contas a receber e créditos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia classifica nesta categoria caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria as contas a receber e outras contas a receber.

Ativos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria títulos e valores mobiliários.

Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida.

A Companhia não classificou nenhum ativo financeiro nesta categoria nas datas dos balanços patrimoniais.

Desreconhecimento (baixa): Um ativo financeiro é baixado quando (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; (iii) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iv) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e a Companhia os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

n.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantias (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não classificou nenhum passivo financeiro nesta categoria nas informações contábeis consolidadas individuais e consolidadas.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. A Companhia classificou nesta categoria as contas de empréstimos e financiamentos.

Desreconhecimento (Baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do

mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

n. 3 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuídos à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação por parte da adquirente, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

n. Participação nos lucros e resultados

A Companhia mantém um plano para participação nos lucros e resultados que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Os montantes registrados para participação nos resultados estão baseados na política de remuneração variável, caso sejam atendidas as metas de performance estabelecida.

o. Resultado por ação

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

p. Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável. Os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

q. Moeda funcional

As informações contábeis consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia.

A Bombril Overseas, localizada no exterior, possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa e financeira, tendo como moeda funcional, o dólar (US\$). Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio Líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos das variações cambiais resultantes dessas conversões são classificados como outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio Líquido.

r. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como parte de suas informações contábeis consolidadas individuais e como informação suplementar às informações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e tampouco obrigatória à luz das IFRS.

2.4. Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB):

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01 de janeiro de 2015 e/ou após.

As normas IFRS emitidas que não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros. Publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.
- IFRS 9 e IFRS 7 - Data mandatória efetiva e divulgações de transição. A alteração da norma IFRS 9 aborda a prorrogação da data de adoção. A alteração da norma IFRS 7 aborda aspectos relacionados à divulgação de informações sobre a transição da IAS 39 para a IFRS 9 e aspectos relacionados à reapresentação de períodos comparativos na data de adoção da norma. Esta revisão de normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2018. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas informações contábeis.
- IFRS 14 – Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas informações contábeis.
- IFRS 11 – “Acordos de compartilhamento”, em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um

negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas informações contábeis.

- IAS 16 e IAS 38 – “Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização”, em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas informações contábeis.

- IFRS 15 – “Receitas de contratos com clientes”, em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. Estabelece princípios de divulgação de informações sobre a natureza, montante, prazos e incertezas de receitas e fluxos de caixa que se originem de contratos com clientes de uma entidade. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações contábeis.

- IAS 16 e IAS 41 – em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 – Ativo Imobilizado e IAS 41 – Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de “Bearer plants” (definidos como “plantas vivas” que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os “Bearer plants” sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas informações contábeis.

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros. Substitui a norma IAS 39 e endereça algumas questões sobre a aplicação da norma e introduz o conceito de “valor justo contra os resultados abrangentes” para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações contábeis.

- IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou aporte de ativos entre uma investidora e sua empresa associada ou entidade de Controle Compartilhado. Determina o tratamento contábil para operações com ativos entre uma investidora e empresas associadas ou entidades de controle compartilhado. Essas alterações são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas informações contábeis.

- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Exceções de consolidação em entidades de investimento. Aborda os requerimentos de divulgação de informações contábeis para entidades de investimento. Essas alterações são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas informações contábeis.

- IAS 1 – “Apresentação das demonstrações financeiras” – o IASB publicou “Iniciativas de divulgação” (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das informações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas informações contábeis.

- Melhoria anual das IFRS, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas informações contábeis.

3. JULGAMENTO, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativa a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas caso se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

(i) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O Imposto de Renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas na data de apresentação das informações contábeis consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e créditos fiscais consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da Administração.

(ii) Teste de redução do valor recuperável de ativos

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa.

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 23. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(iv) Vida útil dos bens

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício do relatório. Para maiores detalhes sobre a vida útil dos bens estimados vide nota 14.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Caixa e bancos	16.828	11.142	17.939	11.914
Aplicações financeiras (a)	-	1.816	-	40.758
Total	16.828	12.958	17.939	52.672

(a) Substancialmente representado por aplicações de renda fixa e títulos privados com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Clientes	180.001	199.075	194.970	211.691
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(10.934)	(7.133)	(12.765)	(7.525)
Total	<u>169.067</u>	<u>191.942</u>	<u>182.205</u>	<u>204.166</u>

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, e considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Nos casos de inadimplência, o grupo adota o procedimento de cobrança direta ao cliente, terceirização da cobrança e em alguns casos cobrança judicial.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

Período	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
A vencer	74.594	130.582	79.377	134.999
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	33.307	32.251	34.600	32.943
De 31 a 60 dias	4.230	8.677	4.743	8.903
De 61 a 90 dias	8.116	5.149	8.400	5.423
De 91 a 180 dias	14.270	5.461	14.923	7.842
Acima de 181 dias	45.484	16.955	52.927	21.581
	<u>180.001</u>	<u>199.075</u>	<u>194.970</u>	<u>211.691</u>

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no período encerrado em 31 de dezembro de 2015 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(6.093)	(6.187)
Adições	(1.290)	(1.588)
Baixas	250	250
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(7.133)	(7.525)
Adições	(3.801)	(5.240)
Baixas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(10.934)	(12.765)

6. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Adiantamento a empregados	1.594	1.263	1.616	1.285
Adiantamento a fornecedores	4.153	150	4.286	153
Depósito judicial	1.769	7.319	1.769	7.319
Despesas antecipadas (a)	458	13.733	458	13.985
Outros	1.875	315	1.999	438
Total	<u>9.849</u>	<u>22.780</u>	<u>10.128</u>	<u>23.180</u>
Circulante	8.080	15.461	8.354	15.858
Não Circulante	<u>1.769</u>	<u>7.319</u>	<u>1.774</u>	<u>7.322</u>

- (a) As despesas antecipadas de propaganda foram apropriadas no exercício de 2015, restando apenas antecipação de benefícios ao empregado que serão apropriados no exercício seguinte.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Produtos acabados	41.863	52.504	42.518	53.188
Produtos em elaboração	569	413	569	413
Matérias-primas	12.205	11.314	12.205	11.314
Materiais de embalagem	17.874	13.306	17.874	13.306
Importações em andamento	1.012	1.457	1.012	1.457
Outros	1.391	1.247	3.580	6.885
Total	74.914	80.241	77.758	86.564

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
IRPJ e CSLL a recuperar	3.361	3.179	3.680	4.070
ICMS a recuperar	7.226	11.439	7.313	11.623
Pis e Cofins a recuperar	651	4.421	898	4.516
IPI a recuperar	109	108	109	108
Total	11.347	19.147	12.000	20.317
Circulante	9.417	17.347	10.070	18.056
Não circulante	1.930	1.800	1.930	2.261

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	Investimentos mantidos até o vencimento			
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Operações compromissadas (a)	7.740	6.455	7.740	6.455
Total	7.740	6.455	7.740	6.455
Não Circulante	7.740	6.455	7.740	6.455

(a) As operações compromissadas estão atreladas a operações passivas da Companhia sendo remuneradas a taxas que variam entre 98% e 107% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), e serão mantidas até o vencimento das respectivas obrigações passivas.

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controladora

10.1. Ativo

<u>Sociedades</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
-------------------	-----------------	-----------------

Contas a receber:

Em moeda local:

Controladas

Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. (a)	-	37.720
Bril Cosméticos S.A. (b)	20.435	15.717
Bril Store	22	-
Total	<u>20.457</u>	<u>53.437</u>
Não Circulante	<u>20.457</u>	<u>53.437</u>

(a) Controlada integral da Bombril S.A., tem como principal atividade a compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios. A variação em dezembro de 2015 é referente a transferência de recursos.

(b) Transações comerciais de produtos de higiene e limpeza entre a Bombril S.A. e a Bril Cosméticos. As referidas operações são realizadas a preços e condições regulares de mercado.

10.2. Passivo

<u>Sociedades</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
-------------------	-----------------	-----------------

Controladas

Em moeda estrangeira:

Euro:

Bombril Overseas Inc.(c)	501.449	447.010
--------------------------	---------	---------

Em moeda local:

Bombril Mercosul S.A. (d)	18.365	17.070
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. (e)	1.030	-
Total	<u>520.844</u>	<u>464.080</u>
Circulante	-	-
Não circulante	<u>520.844</u>	<u>464.080</u>

(c) Em 1999, a Companhia emitiu duas tranches de notes, tendo como garantidora a empresa italiana Cirio Holding S.P.A. Em 18 de fevereiro de 1999, foi emitida a primeira tranche (Série 1) no valor de € 40 milhões, com taxa de juros de 8% ao ano e vencimento em 18 de fevereiro de 2007. A segunda tranche (Série 2) foi emitida em 27 de maio de 1999, no valor de € 60 milhões, com taxa de 9,25% ao ano e vencimento em 27 de maio de 2007.

Do total das duas emissões de notas, aproximadamente 94% da Série 1 e 91% da Série 2 no montante de €92.160 mil, pertencia a controlada Bombril Overseas Inc., cujo processo de transferência da custódia encontra-se em andamento.

Em 3 de março de 2005, por meio de decisão judicial, proferida em Luxemburgo, foi determinado ao tutelante (BNP Paribás) o arresto dos títulos em favor da Bombril Overseas Inc. Porém, em virtude de decisão judicial proferida em ação penal envolvendo estes títulos, em curso perante o Tribunal de Roma, ainda não foi possível a transferência da custódia deles para a controlada Bombril Overseas Inc. Embora a transferência da posse definitiva dependa da solução desses processos judiciais promovidos no exterior, as sociedades da Companhia Cirio, Círio Finanziaria S.p.A., Cirio Holding S.p.A., Círio Finance Luxembourg S.A., inclusive a Círio Holding Luxembourg S.A., reconheceram a titularidade da Bombril Overseas Inc. e se comprometeram a tomar todas as providências necessárias para que seja efetuada a transmissão dos títulos, no âmbito de acordo firmado pela Companhia Cirio e a controladora Newco International Ltd. (controladora da Bombril S.A.). A Administração da Companhia estuda alternativas com o objetivo de equacionar a obrigação com sua controlada quando ocorrer a transferência definitiva dos títulos. A opinião dos assessores legais da Companhia, levantada em 31 de dezembro de 2015, quanto ao sucesso da transferência da custódia dos títulos à Bombril Overseas Inc. é considerada provável. Os eventos de arresto não estão sob o controle da Administração da controlada. Os administradores judiciais do Grupo Cirio emitiram correspondência em 28 de outubro de 2010 reconhecendo não ter razões para incluir a controlada Bombril Overseas Inc. no âmbito da investigação de falência, e declararam ser esta a efetiva titular dos Eurobonds.

Em março de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 1 a seguinte proposta de renegociação:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 12 parcelas semestrais, a partir de agosto de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2005.
- A incidência de juros cessa em fevereiro de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.
- Eliminação da cláusula de resgate antecipado (putoption).

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 1 [(€ 40 milhões)], em 30 de março de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes à Bombril Overseas Inc., totalizam [€ 37.5 milhões], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [€ 2.5 milhões].

No mês de abril de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 2 uma proposta de renegociação, conforme descrito a seguir:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 13 parcelas semestrais, a partir de maio de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre maio de 2004 e maio de 2005.
- A incidência de juros cessa em maio de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 2 [(€ 60 milhões)], em 27 de abril de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes a controlada Bombril Overseas Inc., totalizam [€ 54.7 milhões], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [€ 5.3 milhões].

As Notas Série 1 venceram-se em 17 de fevereiro de 2011 e as Notas Série 2 venceram-se em 27 de maio de 2011. A Companhia realizou o pagamento do saldo dos valores devidos em relação às Notas em poder no mercado, no valor de € 366.850,00 (trezentos e sessenta e seis mil oitocentos e cinquenta euros) para as Notas Série 1 e € 814.880,77 (oitocentos e quatorze mil oitocentos e oitenta euros e setenta e sete centavos) para as Notas Série 2.

A dívida representada pelas Notas de propriedade da controlada Bombril Overseas Inc., no valor de € 138.521.853,50 (cento e trinta e oito milhões quinhentos e vinte e um mil oitocentos e cinquenta e três euros e cinquenta centavos) foi repactuada com novo vencimento em 27 de maio de 2021, nos termos do Instrumento Particular de Confissão de Dívida datado de 30 de agosto de 2011, cujos efeitos retroagem à data de vencimento das Notas.

A dívida representada pelas Notas de propriedade da controlada Bombril Overseas Inc., foi repactuada, por meio de aditamento datado de 24 de julho de 2015, fazendo constar que a moeda da dívida é expressa em Reais, em vez de €, no valor de R\$ 501.449.109,27, cujos efeitos retroagem à data de vencimento das Notas.

- (d) Contrato de mútuo celebrado entre as partes com data de vencimento prevista para janeiro de 2017.
- (e) Controlada integral da Bombril S.A., tem como principal atividade a compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios. A variação em dezembro/15 é referente a transferência de recursos.

10.3 Receitas e despesas com controladas para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	Operações comerciais		Variações cambiais líquidas	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
(e) Bombril Mercosul S.A.	(3.416)	(2.726)	-	-
(f) Bril Cosméticos S.A.	7.742	6.380	-	-
(g) Bril Store Ltda	23	-	-	-
(h) Bombril Overseas Inc.	-	-	(54.439)	18.160
Total	4.349	3.654	(54.439)	18.160

- (e) As transações com a controlada, Bombril Mercosul, referem-se a despesas com alugueis de terrenos, prédios e maquinários utilizados nas operações da Bombril S.A.
- (f) São as transações comerciais de produtos de higiene e limpeza entre a Bombril S.A. e a Bril Cosméticos.
- (g) Refere-se as transações comerciais de produtos de higiene e limpeza entre Bombril S.A e Bril Store.
- (h) As transações de variações cambiais junto à controlada Bombril Overseas Inc. referem-se a ajustes de conversão sobre os saldos do Guaranteed Note Program.

11. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O valor global e anual da remuneração dos administradores e dos Conselhos de Administração e Fiscal foi fixado em até o limite de R\$ 7.220 para o exercício de 2015, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015. O montante pago até 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 6.711 (R\$ 5.124 em 31 de dezembro de 2014), que correspondem a benefícios de curto prazo. A Companhia não remunera seus administradores com planos baseados em ações, benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

12. VALORES A RECEBER E A PAGAR DE TERCEIROS

Controladora

12.1. Ativo

Sociedades	31.12.15	31.12.14	Juros e atualização	Garantia
<u>Valores a receber:</u>				
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	49.414	94.155	100% do CDI	Cirio Holding S.p.A
Cirio Brasil S.A. (a)	12.822	12.822	100% do CDI	BHD Participação S.A.
Cirio Brasil S.A. (a)	280	261	1% a.m.	
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.681	1.510	1% a.m + IGPM	-
Sub-total	64.197	108.747		
Provisão para perdas	(64.197)	(108.747)		
Total	-	-		

12.2. Passivo

Sociedades	31.12.15	31.12.14	Juros e atualização	Garantia
Em moeda estrangeira:				
Euro				
Società Sportiva Lázio (a)	27.491	20.883	-	-
Em moeda local:				
Agropecuária Cirio Ltda.(a)	344	304	100% do CDI	-
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	-	44.741	100% do CDI	BHD Participação S.A.
Total	27.835	65.928		

- (a) Compreende valores a receber e pagar junto a empresas relacionadas do antigo acionista controlador. Os ativos foram totalmente provisionados para perda e os passivos estão sendo mantida devidamente atualizada de acordo com as premissas pactuadas a época de origem da dívida, e permanecerão desta forma até a conclusão do processo de liquidação judicial em que estas empresas estão envolvidas. Para a empresa Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A. em 2015 o passivo no valor de R\$ 44.741 foi compensado contra o montante do ativo.

Consolidado

12.3. Ativo

Sociedades	31.12.15	31.12.14	Juros e atualização	Garantia
<u>Valores a receber:</u>				
Em moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano:				
C&P Cap.Invest.N.V.(a)	579.352	394.098	10% a.a.	-
C & P Overseas Ltd (a)	1.229.595	836.419	10,25% a.a.	-
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	49.413	94.155	100% do CDI	-
C & P Overseas Ltd. (a)	183.142	183.142	100% do CDI	Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.
Cirio Brasil S.A.(a)	12.822	12.822	100% do CDI	BHD Participação S.A.
Cirio Brasil S.A. (a)	280	261	1% a.m.	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.682	1.510	1% a.m + IGPM	-
Sub-total	2.056.286	1.522.407		
Provisão para perdas (b)	(2.056.286)	(1.522.407)		
Total	-	-		

12.4. Passivo

Sociedades	31.12.15	31.12.14	Juros e atualização	Garantia
Em moeda estrangeira:				
Euro:				
Società Sportiva Lázio (a)	27.491	20.883	-	-
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	-	44.741	100% do CDI	Bombril Holding S.A.
Agropecuária Cirio Ltda. (a)	344	304	100% do CDI	-
Total	27.835	65.928		

- a) Em virtude da confirmação do estado de insolvência da Cirio Finanziaria S.p.A. e de sua controladora Cirio Holding S.p.A., a Administração em 30 de junho de 2003 decidiu constituir provisão para perdas na Controladora a fim de dar cobertura a eventuais perdas com a realização destes direitos de crédito.

A referida provisão para perdas está composta da seguinte forma:

Empresas	31.12.15		31.12.14	
	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc
C&P Overseas Ltd.	-	1.412.737	-	1.019.561
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.	49.414	-	94.155	-
C&P Capital Invest. NV	-	579.352	-	394.098
Cirio Brasil S.A.	13.102	-	13.083	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.681	-	1.510	-
Total	64.197	1.992.089	108.747	1.413.660

12.5 Outras considerações

Quando da posse do atual acionista controlador, a nova Administração não teve oportunidade de reunir elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de ativo e passivo referentes a operações com as empresas relacionadas ao antigo acionista controlador. O principal fator desta indisponibilidade está relacionado ao fato de que uma parcela substantiva destes ativos e passivos ser da controlada Bombril Overseas Inc. cuja documentação contábil encontra-se arrestada e em poder das autoridades Italianas. Diante deste cenário, a Administração da Companhia fundamentou a constituição da provisão para perdas e manutenção dos passivos nos termos acima mencionados.

13. INVESTIMENTOS

13.1 Composição

	Controladora	
	31.12.15	31.12.14
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	211.409	212.880
Bombril Overseas Inc	442.863	395.406
Bril Cosméticos S.A.	1.345	3.555
Bril Store Comércio Digital Ltda	37	-
Ágio por rentabilidade futura-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	7.935	7.935
Total	663.589	619.776

13.2 Movimentação

	Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	Bombril Overseas Inc.	Bril Cosméticos S.A.	Bril Store Comércio Digital Ltda	Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2013	218.525	395.485	5.540	-	7.935	627.485
Equivalência patrimonial	(12.189)	(47.305)	(1.985)	-	-	(61.479)
Efeitos da variação cambial sobre o investimento no exterior	6.544	47.226	-	-	-	53.770
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	212.880	395.406	3.555	-	7.935	619.776
Equivalência patrimonial	(24.141)	(116.233)	(2.220)	37	-	(142.557)
Efeitos da variação cambial sobre o investimento no exterior	22.680	163.690	-	-	-	186.370
Transação de capital	(10)	-	10	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	211.409	442.863	1.345	37	7.935	663.589

13.3 Principais informações contábeis de suas controladas diretas e indiretas:

	31.12.15							31.12.14			
	Ativo	Passivo	Capital social	Receita Líquida	Participação direta no capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Equivalência patrimonial	Patrimônio líquido	Resultado do período	Equivalência patrimonial
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	216.416	5.007	160.330	-	100%	211.409	(24.141)	(24.141)	212.880	(12.189)	(12.189)
Bombril Mercosul S.A.	209.790	56.251	101.375	3.100	-	153.539	(8.162)	-	161.711	(7.011)	-
Bril Cosméticos S.A.	35.552	31.460	33.000	26.320	32,85%	4.092	(6.759)	(2.220)	10.851	(6.044)	(1.985)
Bril Store Ltda	103	66	1	105	99,90%	37	37	37			
Bombril Overseas Inc.	505.885	1.661	1.153.054	-	87,83%	504.224	(132.337)	(116.233)	450.192	(53.859)	(47.305)
	967.746	94.445	1.447.760	29.525		873.301	(171.362)	(142.557)	835.633	(79.103)	(61.479)

14. IMOBILIZADO

14.1 Composição do imobilizado

	Taxa anual (%)	Controladora		Consolidado	
		31.12.15 Líquido	31.12.14 Líquido	31.12.15 Líquido	31.12.14 Líquido
Terrenos		-	-	94.192	94.192
Edifícios	2	209	216	63.219	65.157
Instalações	3 a 50	11.811	10.916	11.848	11.014
Máquinas e equipamentos	3 a 50	89.756	73.363	114.246	101.259
Móveis e utensílios	10 a 50	1.564	1.770	1.573	1.839
Veículos	17 a 25	358	526	363	531
Equipamentos de processamento de dados	20 a 50	1.936	1.742	1.991	1.823
Imobilizações em andamento (a)	-	13.976	28.305	13.979	28.668
Benfeitorias em imóveis da Controlada	4 a 8	35.794	25.415	35.794	25.415
Outros bens	20	193	220	199	228
Total		155.597	142.473	337.404	330.126

- (a) Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de obras e instalações em andamento refere-se aos seguintes principais projetos: (i) atualização tecnológica nas unidades industriais do segmento de embalagem e ênfase, (ii) investimentos correntes nas operações contínuas da Companhia.
- (b) Nos anos de 2005 e 2006, a controlada Bombril Mercosul S.A. reavaliou bens do ativo imobilizado resultando em uma mais valia a época de R\$ 89.503 tendo como contra partida a conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido. O saldo remanescente das reavaliações em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 49.123 (R\$ 52.260 em 31 de dezembro de 2014), cuja realização tem ocorrido mediante sua depreciação, a qual é calculada pelo método linear consoante laudo técnico emitido por peritos independentes.

14.2 Movimentação Controladora

Custo	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de proc.de dados	Imob.em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.13	313	16.335	106.600	3.248	1.267	4.362	20.374	30.454	300	183.253
Adições	-	685	17.267	40	-	520	22.893	595	1	42.001
Baixas	-	-	-	(4)	(126)	(70)	-	-	(3)	(203)
Transferências	-	3.195	7.999	405	240	171	(14.962)	1.526	12	(1.414)
Saldo em 31.12.14	313	20.215	131.866	3.689	1.381	4.983	28.305	32.575	310	223.637
Adições	-	2.033	19.353	47	-	141	6.256	10.230	36	38.096
Baixas	-	(11)	(756)	(40)	(40)	(56)	(1)	-	-	(904)
Transferências	-	730	12.712	73	30	597	(20.584)	1.849	-	(4.593)
Saldo em 31.12.15	313	22.967	163.175	3.769	1.371	5.665	13.976	44.654	346	256.236

Depreciação e amortização acumulada	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de proc.de dados	Imob.em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.13	(91)	(7.717)	(49.166)	(1.623)	(692)	(2.820)	-	(5.654)	(30)	(67.793)
Adições	(6)	(1.582)	(9.337)	(300)	(260)	(472)	-	(1.506)	(61)	(13.524)
Baixas	-	-	-	4	97	51	-	-	1	153
Saldo em 31.12.14	(97)	(9.299)	(58.503)	(1.919)	(855)	(3.241)	-	(7.160)	(90)	(81.164)
Adições	(7)	(1.864)	(15.344)	(314)	(194)	(542)	-	(1.700)	(63)	(20.028)
Baixas	-	7	428	28	36	54	-	-	-	553
Saldo em 31.12.15	(104)	(11.156)	(73.419)	(2.205)	(1.013)	(3.729)	-	(8.860)	(153)	(100.639)

Saldo líquido em 31.12.14	216	10.916	73.363	1.770	526	1.742	28.305	25.415	220	142.473
Saldo líquido em 31.12.15	209	11.811	89.756	1.564	358	1.936	13.976	35.794	193	155.597

14.3 Movimentação do Consolidado

Custo	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de	Imobilizações em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
							processamento de dados				
Saldo em 31.12.13	94.192	87.624	22.647	219.619	7.777	1.400	7.109	20.375	30.454	309	491.506
Adições	-	-	685	17.267	41	-	579	23.255	595	2	42.424
Baixas	-	-	-	(4)	(5)	(127)	(71)	-	-	(3)	(210)
Transferências	-	-	3.195	7.999	405	240	171	(14.962)	1.526	12	(1.414)
Saldo em 31.12.14	94.192	87.624	26.527	244.881	8.218	1.513	7.788	28.668	32.575	320	532.306
Adições	-	-	2.033	21.218	47	-	141	5.895	10.229	37	39.600
Baixas	-	-	(11)	(1.417)	(51)	(39)	(76)	-	-	-	(1.594)
Transferências	-	-	730	12.712	72	30	597	(20.584)	1.850	-	(4.593)
Saldo em 31.12.15	94.192	87.624	29.279	277.394	8.286	1.504	8.450	13.979	44.654	357	565.719

Depreciação e amortização acumulada	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de	Imobilizações em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
							processamento de dados				
Saldo em 31.12.13	-	(20.530)	(13.870)	(129.223)	(6.023)	(819)	(5.528)	-	(5.654)	(30)	(181.677)
Adições	-	(1.937)	(1.643)	(14.403)	(361)	(260)	(489)	-	(1.506)	(63)	(20.662)
Baixas	-	-	-	4	5	97	52	-	-	1	159
Saldo em 31.12.14	-	(22.467)	(15.513)	(143.622)	(6.379)	(982)	(5.965)	-	(7.160)	(92)	(202.180)
Adições	-	(1.938)	(1.925)	(20.560)	(374)	(194)	(566)	-	(1.700)	(66)	(27.323)
Baixas	-	-	7	1.034	40	35	72	-	-	-	1.188
Saldo em 31.12.15	-	(24.405)	(17.431)	(163.148)	(6.713)	(1.141)	(6.459)	-	(8.860)	(158)	(228.315)

Saldo líquido em 31.12.14	94.192	65.157	11.014	101.259	1.839	531	1.823	28.668	25.415	228	330.126
Saldo líquido em 31.12.15	94.192	63.219	11.848	114.246	1.573	363	1.991	13.979	35.794	199	337.404

15. INTANGÍVEL

15.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Marcas e Patentes (a)	-	-	18.430	18.331
Software (b)	8.867	5.178	8.901	5.237
Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda. (c)	-	-	7.935	7.935
Total	8.867	5.178	35.266	31.503

(a) Refere-se ao custo pago pela aquisição das marcas (Ecologie, Natural Pro e Aquatress, entre outras) relacionadas aos produtos comercializados pela controlada Bril Cosméticos S.A. Em 26 de julho de 2012, a Companhia assinou um contrato para a aquisição de 25% restante da participação societária pertencentes a: Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong, repactuando o preço de aquisição para o montante de R\$ 18.331.

(b) A amortização dos softwares está sendo realizada no período de cinco anos.

- (c) Os ágios decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor do Patrimônio Líquido das controladas incorporadas, Milana Industrial e Milana Trade apurado na data de aquisição estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados das respectivas investidas, determinados utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, para um período de 5 anos. Análises do valor de recuperação do ágio são efetuadas no mínimo anualmente com base nas projeções de resultados futuros. A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2009, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em concordância com a IFRS 1.

Alocação do ágio às unidades geradoras de caixa

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as unidades geradoras de caixa denominadas químicos.

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 18,23% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas para o período e na inflação do preço da matéria-prima para o período. Os fluxos de caixa posteriores foram projetados a partir de crescimento do volume de vendas conforme projeção do PIB e o crescimento dos preços e custos conforme projeção do IPCA. A fonte de informação utilizada para esses índices foi o Focus – Relatório de Mercado do Banco Central do Brasil. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

15.2 Movimentação – Controladora

<u>Custo</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.13	11.797	11.797
Adições	316	316
Transferências	1.414	1.414
Saldo em 31.12.14	13.527	13.527
Adições	1.139	1.139
Baixas	(5)	(5)
Transferências	4.593	4.593
Saldo em 31.12.15	19.254	19.254

<u>Amortização</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.13	(6.594)	(6.594)
Adições	(1.755)	(1.755)
Saldo em 31.12.14	(8.349)	(8.349)
Adições	(2.043)	(2.043)
Baixas	5	5
Saldo em 31.12.15	(10.387)	(10.387)
Saldo líquido em 31.12.14	5.178	5.178
Saldo líquido em 31.12.15	8.867	8.867

15.3 Movimentação –Consolidado

Custo	Marcas e Patentes	Software	Ágio - Milana	Total
Saldo em 31.12.13	18.335	25.565	8.452	52.352
Adições	-	316	-	316
Transferências	-	1.414	-	1.414
Saldo em 31.12.14	18.335	27.295	8.452	54.082
Adições	106	1.139	-	1.245
Baixas	-	(17)	-	(17)
Transferências	-	4.593	-	4.593
Saldo em 31.12.15	18.441	33.010	8.452	59.903

Amortização	Marcas e Patentes	Software	Ágio - Milana	Total
Saldo em 31.12.13	(5)	(20.279)	(517)	(20.800)
Amortização	-	(1.779)	-	(1.779)
Saldo em 31.12.14	(5)	(22.058)	(517)	(22.579)
Amortização	(6)	(2.068)	-	(2.074)
Baixa	-	17	-	17
Saldo em 31.12.15	(11)	(24.109)	(517)	(24.637)
Saldo líquido em 31.12.14	18.330	5.237	7.935	31.502
Saldo líquido em 31.12.15	18.430	8.901	7.935	35.266

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Fornecedores - matéria prima	198.965	125.719	200.795	127.542
Fornecedores - transportes	40.105	17.408	40.635	18.034
Fornecedores - exterior	732	1.438	2.392	2.568
Fornecedores - finame a fabricante	116	-	116	-
Total	239.918	144.565	243.938	148.144

16.1. Por vencimento

	Controladora		Consolidado	
Intervalo	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
A vencer	157.076	126.590	159.608	129.019
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	47.194	5.237	47.390	5.332
De 31 a 60 dias	17.974	3.104	18.243	3.175
De 61 a 90 dias	4.542	2.747	4.633	2.989
De 91 a 180 dias	5.474	3.881	5.726	4.001
Acima de 180 dias	7.658	3.007	8.338	3.628
	239.918	144.565	243.938	148.144
Circulante	239.802	144.565	243.822	148.144
Não circulante	116	-	116	-

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Salários a pagar	-	593	-	593
Provisão de férias e 13º Salário	15.158	14.239	15.482	14.519
Encargos sociais a pagar	3.678	3.676	3.759	3.750
Total	18.836	18.508	19.241	18.862

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

18.1. Composição

	Taxa média anual de encargos %	Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
			31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
<u>Em moeda estrangeira:</u>						
Dólar norte-americano						
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC/ACE)			-	5.356	-	5.356
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINIMP)			-	1.489	-	1.489
<u>Em moeda local:</u>						
Arrendamento Mercantil	17,06	Dezembro/2016	39	414	39	414
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	4,82	Fevereiro/2016 a Setembro/2021	16.850	18.852	23.264	24.844
Capital de giro	21,52	Janeiro/2016 a Janeiro/2019	115.112	110.999	115.112	110.999
Total			132.001	137.110	138.415	143.102
Circulante			87.224	81.112	89.094	82.539
Não circulante			44.777	55.998	49.321	60.563

Garantias

Os empréstimos em moeda local e estrangeira estão garantidos por equipamentos, recebíveis de vendas futuras e avais da Companhia e suas controladas.

Parcela não circulante

A parcela não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
2016	-	7.924	-	7.924
2017	17.516	32.771	17.516	32.771
2018	-	-	1.270	1.987
2019	14.627	-	16.499	2.577
após 2019	12.634	15.303	14.036	15.304
Total	44.777	55.998	49.321	60.563

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

19.1. Controladora

	Circulante		Não circulante	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Parcelamento - Refis IV (a)	54.385	49.117	160.881	188.667
PAES - Programa de Parcelamento Especial (b)	-	2.052	-	-
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (c)	2.353	2.191	2.515	4.528
PEP - Programa Especial de Parcelamento (d)	2.755	3.086	16.900	18.847
Parcelamento ICMS (e)	32.715	10.291	36.369	8.812
Parcelamentos PIS/COFINS (f)	8.074	-	26.241	-
Parcelamento IPI (g)	4.236	-	13.838	-
ICMS a Recolher	2.985	14.949	-	-
IPI a Recolher	5.961	15.203	-	-
ISS a Recolher	35	95	-	-
PIS/COFINS a Recolher	15.170	26.920	-	-
INSS e IRRF a Recolher	9.131	852	-	-
Total	137.800	124.756	256.745	220.854

19.2. Consolidado

	Circulante		Não circulante	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Parcelamento - Refis IV (a)	54.385	49.117	160.881	188.667
PAES - Programa de Parcelamento Especial (b)	-	2.052	-	-
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (c)	2.353	2.191	2.515	4.528
PEP - Programa Especial de Parcelamento (d)	2.755	3.086	16.900	18.847
Parcelamento ICMS (e)	32.715	10.291	36.369	8.812
Parcelamentos PIS/COFINS (f)	8.074	-	26.241	-
Parcelamento IPI (g)	4.236	721	13.838	-
IRPJ / CSLL a Recolher	260	-	-	-
ICMS a Recolher	3.242	15.126	-	-
IPI a Recolher	5.971	15.203	-	-
ISS a Recolher	48	109	-	-
PIS/COFINS a Recolher	15.262	26.977	-	-
INSS e IRRF a Recolher	9.144	866	-	-
Total	138.445	125.739	256.745	220.854

a) REFIS IV

Em 27 de outubro de 2009, a Companhia requereu em caráter definitivo a sua exclusão do Parcelamento Excepcional – PAEX e do parcelamento em 60 meses dos débitos em atraso do ano calendário 2006 e formalizou a opção pelo parcelamento em até 180 meses, previsto pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº. 06/2009 simplesmente denominado de “REFIS IV”. A migração dos débitos dos parcelamentos anteriores acima mencionados, para o “REFIS IV” representou a redução da parcela mensal em 15% e a possibilidade de utilização dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL para abatimento de multas e juros.

Adicionalmente aos débitos referentes ao PAEX e parcelamento de 60 meses, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses “REFIS IV” dos débitos referentes a procedimentos administrativos previdenciários, no montante total de R\$ 14.819, dos quais R\$ 8.924 encontravam-se provisionados na rubrica de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Os valores correspondentes aos débitos incluídos nos programas de parcelamentos anteriores, assim como os novos débitos parcelados, ambos no âmbito da Lei nº. 11.941/09 foram objeto de consolidação pela Receita Federal do Brasil (RFB) em 30 de junho de 2011.

O saldo da dívida consolidado da Companhia era de aproximadamente R\$281.843 em 30 de junho de 2011, ao passo que o valor consolidado pelas autoridades fiscais na mesma data foi de R\$187.049. A diferença de valores consolidados foi objeto de conciliação pelos assessores jurídicos da Companhia, que emitiram parecer confirmando que os débitos tributários e previdenciários eram aqueles consolidados pela RFB e PGFN no âmbito das modalidades de parcelamento da Lei 11.941, de R\$187.049 em 30.06.2011, acrescidos dos débitos de CPMF em aberto que totalizavam R\$10.363.

A possibilidade de inclusão dos débitos de CPMF não consolidados pela RFB e PGFN no âmbito do “REFIS IV” foi discutida em Mandado de Segurança impetrado pela Companhia e a provisão integral dos valores foi mantida.

Em 09 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.865, que tratou, dentre outros assuntos, da reabertura do prazo para inclusão de débitos no Refis IV. Em tal ocasião, a Companhia optou

pelo recolhimento à vista do montante relativo a CPMF, em 31 de dezembro de 2013, no valor total de R\$ 6.062 importando na redução total de R\$4.944.

Dentro do contexto desta nova lei, além dos débitos relativos a CPMF acima mencionados, no momento da reabertura do prazo para inclusão de débitos no referido Programa de Parcelamento, a Companhia optou, também, pela inclusão dos seguintes débitos adicionais:

- PIS: Com relação aos débitos relativos ao PIS, que foram objeto de parcelamento ordinário no âmbito da PGFN em julho de 2013, diante da previsão legal para transferência do saldo do parcelamento ordinário, a Companhia optou pela migração ao Refis IV, sendo que o saldo de R\$ 6.389, com as reduções previstas, totalizou em dezembro de 2013 o montante de R\$ 3.393.

- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior: Com base na opinião dos assessores jurídicos, em dezembro de 2013 a Companhia deliberou aderir ao acordo de refinanciamento de tributos federais (REFIS) referente ao pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido da controlada no exterior BB Overseas incidentes sobre o lucro apurado para o ano de 2002.

A Companhia possui ação judicial na qual contesta a tributação (a) dos lucros apurados pela controlada no exterior BB Overseas nos anos de 1996 a 2001, antes da sua efetiva disponibilização; (b) dos lucros apurados pela controlada no exterior BB Overseas no ano de 2002 e seguintes, antes da sua efetiva disponibilização; e (c) do resultado positivo de equivalência patrimonial correspondente à variação cambial do investimento detido na BB Overseas. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL em discussão nessa ação judicial se encontram com a exigibilidade suspensa, por força de decisão judicial.

Em 2013 foi publicado o resultado do julgamento da ADIN 2.588, na qual o Supremo Tribunal Federal decidiu pela (i) invalidade da tributação dos lucros acumulados até 2001 por controladas no exterior antes da efetiva disponibilização, estejam ou não sediadas em paraíso fiscal (aplicável aos lucros da BB Overseas acumulados até dezembro de 2001); e pela (ii) validade da tributação dos lucros apurados por controladas no exterior a partir de 2002, sediadas em paraíso fiscal (aplicável aos lucros da BB Overseas – sediada nas Ilhas Virgens Britânicas – auferidos a partir de 2002).

Em face do impacto desfavorável que a decisão dessa ADIN teria em relação a parcela do crédito tributário discutido na ação judicial proposta pela Companhia, especificamente no que concerne à tributação dos lucros apurados pela BB Overseas a partir do ano de 2002, nossos assessores jurídicos entenderam que seria iminente a probabilidade de perda parcial dessa ação, quanto a esta parcela do crédito tributário. E em razão de tal entendimento recomendaram a desistência parcial da ação e liquidação desse crédito tributário – de IRPJ e CSLL – mediante aproveitamento dos benefícios (descontos de juros de mora e multa) previstos pelo artigo 40 da Lei 12.865/13; ou, subsidiariamente, previstos pelo artigo 1º da Lei 11.941/09.

Como o parcelamento previsto pelo artigo 40 da Lei 12.865/13 estava condicionado ao pagamento de uma entrada no montante de 20% (vinte por cento) dos créditos tributários a serem parcelados, a Companhia deliberou por aderir ao parcelamento previsto pelo artigo 1º da Lei 11.941/09, para liquidação dessa parcela do crédito tributário em discussão na ação judicial, em 180 (cento e oitenta) prestações mensais e sucessivas ajustadas pela SELIC, com redução de 60% de multa e 25% de juros de mora. O impacto do reconhecimento do REFIS em 2013 foi de R\$ 120.192, sendo R\$ 57.377 de impostos, R\$ 89.108 de despesas financeiras e outras despesas operacionais e R\$ (26.293) de benefício fiscal.

Considerando a reabertura do prazo de que trata o § 12 do art. 1º e no art. 7º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (REFIS IV) definida pelo art. 34 pela Medida Provisória 651, em dezembro de 2014 a Companhia optou por incluir débitos no montante de R\$ 14.614, mediante aproveitamento dos benefícios previstos pelo artigo 1º da Lei 11.941/09.

A Administração da Companhia destaca que optou pela inclusão destes valores no modelo previsto pelo programa denominado REFIS IV, dada sua vantagem econômica com reduções (60% da multa de mora; 25% dos juros de mora e 100% de encargos), somada a possibilidade de parcelamento em até 180 meses, além de não ser exigido um percentual de entrada para o parcelamento.

Os valores da dívida perante RFB em dezembro de 2009, após a conciliação com os valores efetivamente consolidados pela RFB, e a sua movimentação estão demonstrados como segue:

	Controladora	Consolidado
PAEX	333.224	335.893
Juros	2.113	2.113
Processos administrativos e judiciais	14.819	14.881
IPI - Medida Provisória nº 470 (a.1)	98.747	98.747
(-) Benefícios de juros, multas e encargos	(145.255)	(145.972)
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(90.702)	(91.783)
(-) Pagamentos até 31.12.09	(5.484)	(5.509)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.09	207.462	208.370
Juros no período findo em 31.12.10	15.876	15.951
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.10	(31.288)	(31.579)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.10	192.050	192.742
Benefícios de juros, multas e encargos	-	41
Juros no período findo em 31.12.11	13.388	13.448
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.11	(30.686)	(30.986)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.11	174.752	175.245
Juros no período findo em 31.12.12	3.070	3.131
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.12	(31.607)	(32.032)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.12	146.215	146.344
Inclusão de novos débitos em 31.12.13	123.585	123.585
Juros total no período findo em 31.12.13	7.234	7.237
(-) Pagamentos total no período findo em 31.12.13	(35.555)	(35.638)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.13	241.479	241.528
Inclusão de novos débitos em 31.12.14	14.614	14.614
Juros total no período findo em 31.12.14	19.979	19.979
(-) Pagamentos total no período findo em 31.12.14	(38.288)	(38.337)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.14	237.784	237.784
Juros total no período findo em 31.12.15	21.956	21.956
(-) Pagamentos total no período findo em 31.12.15	(44.581)	(44.581)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.15	215.159	215.159

a.1) IPI – Medida Provisória nº 470

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia formalizou o pedido de pagamento à vista com utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSSL, nos termos da Medida Provisória nº. 470 de 13 de outubro de 2009, dos débitos decorrentes da apropriação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as aquisições de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários com incidência de alíquota zero ou como não tributados. A adesão ao pagamento à vista nos termos da Medida Provisória nº. 470 prevê a redução de 100% das multas de mora, de 90% dos juros de mora e de 100% do encargo legal, o que representa uma redução no total da dívida de R\$ 58.211. A liquidação do débito remanescente de R\$ 40.535, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, aguarda homologação pela RFB e PGFN.

b) PAES

Em 31 de dezembro de 2015, o PAES do INSS foi liquidado (R\$ 2.052 em 31 de dezembro de 2014), os débitos apresentados para a consolidação foram pagos desde julho de 2003.

c) PPI

Em 27 de setembro de 2007, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) do ICMS, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº. 51.960, de 4 de julho de 2007.

O saldo remanescente do PPI em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 4.868 (R\$ 6.719 em 31 de dezembro de 2014), conforme Programa de Parcelamento Incentivado de 120 meses, ao débito serão acrescidos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, e 1% relativamente ao mês em que o pagamento da parcela estiver sendo efetuado. No Programa de Parcelamento Incentivado de 12 meses, incidirão juros de 1% ao mês, de acordo com a tabela Price.

d) PEP

Em 29 de maio de 2013, a Companhia formalizou a opção pelo Programa Especial de Parcelamento – PEP do ICMS, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº 58.811 de 28 de dezembro de 2012.

O saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 19.655 para débitos parcelados em 120 meses, com acréscimo financeiro de 1% a.m.

e) ICMS

Em 2014 e 2015 a Companhia formalizou o parcelamento ordinário na SEFAZ dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Curitiba, Pernambuco e Rio de Janeiro. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 69.084.

f) PIS / COFINS

Em 2015 a Companhia formalizou o parcelamento ordinário junto a RFB em 60 meses e em 31 de dezembro de 2015 o montante é de R\$ 34.315.

g) IPI

Em 2015 a Companhia formalizou o parcelamento ordinário junto a RFB em 60 meses e em 31 de dezembro de 2015 o montante é de R\$ 18.074.

A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes, como condição essencial para a manutenção dos parcelamentos mencionados nos itens a), b), f) e g) e das condições dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia está adimplente com os pagamentos.

As contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Compensação dos ativos e passivos fiscais diferidos: Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, nos casos em que os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

b) Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas.

Abaixo demonstramos a estimativa da realização dos ativos diferidos:

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>Após 2020</u>	<u>Total</u>
Ativos diferidos	<u>3.802</u>	<u>8.255</u>	<u>9.050</u>	<u>9.155</u>	<u>8.428</u>	<u>33.005</u>	<u>71.695</u>

c) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2015, não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis créditos tributários no valor de R\$ 72.100 oriundos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias geradas. O não reconhecimento destes créditos se deve basicamente a falta de geração de resultados tributáveis nos próximos exercícios, os quais, estão fundamentados pelas projeções de resultados realizadas pela Administração da Companhia. De acordo com a legislação tributária vigente no Brasil não há prazo para a prescrição dos prejuízos fiscais.

20.1. Composição do resultado

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
IRPJ/CSLL corrente	-	368	(260)	(216)
Imposto de renda e contribuição social Diferido:				
IRPJ/CSLL diferido	25.813	(1.921)	26.890	(340)
Total - IRPJ / CSLL	<u>25.813</u>	<u>(1.553)</u>	<u>26.630</u>	<u>(556)</u>

20.2. Apuração do IRPJ e da CSLL com efeito no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Lucro líquido / (Prejuízo) antes dos impostos	(402.759)	(55.951)	(403.576)	(56.948)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	136.938	19.023	137.216	19.362
Efeito do imposto de renda sobre diferenças permanentes	(5.002)	(2.622)	(5.124)	(2.744)
Equivalência patrimonial	(48.469)	(20.902)	-	-
Outros	(766)	526	(3.579)	(1.350)
Crédito tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	(72.100)	-	(72.100)	-
Imposto diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecido em exercícios anteriores	15.212	-	15.212	-
Efeito das controladas tributadas pelo lucro presumido e isentas IRPJ/CSLL/IPI incluídos no REFIS IV e reflexo dos benefícios da Lei n. 12.996/2014	-	-	(44.995)	(18.312)
Utilização de prejuízo fiscal anteriormente não reconhecido	-	2.422	-	2.422
	-	-	-	66
Receita /(Despesa) de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	25.813	(1.553)	26.630	(556)
Alíquota efetiva	6%	-3%	7%	-1%

20.3. Movimentação dos ativos e passivos do IRPJ e da CSLL diferido

Controladora

Ativo diferido	31.12.2013	Reconhecido no resultado	31.12.2014	Reconhecido no resultado	31.12.2015
Prejuízo fiscal e base negativa	34.403	280	34.683	74.255	108.938
Credito tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	-	-	-	(72.100)	(72.100)
Contingências tributárias	7.923	(3.909)	4.014	9.304	13.318
Contingências cíveis	8.546	(5.363)	3.183	920	4.103
Contingências trabalhistas	4.208	(177)	4.031	(299)	3.732
Participação no lucros	954	841	1.795	(1.784)	11
Outras contas a pagar	1.018	(381)	637	(13)	624
Provisão para perdas de créditos	2.777	577	3.354	(577)	2.777
Provisão para perda nos estoques	230	(230)	-	-	-
Amortização do ágio	335	(335)	-	-	-
Outros	4.676	6.672	11.348	(1.056)	10.292
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	65.070	(2.025)	63.045	8.650	71.695
Passivo diferido					
Variação cambial não realizada	(17.078)	(1)	(17.079)	17.079	-
Deemed cost	(1.109)	105	(1.004)	84	(920)
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(18.187)	104	(18.083)	17.163	(920)
Imposto Diferido Líquido	46.883	(1.921)	44.962	25.813	70.775

Consolidado

Ativo diferido	31.12.2013	Reconhecido no resultado	31.12.2014	Reconhecido no resultado	31.12.2015
Prejuízo fiscal e base negativa	34.403	280	34.683	74.255	108.938
Credito tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	-	-	-	(72.100)	(72.100)
Contingências tributárias	7.923	(3.909)	4.014	9.304	13.318
Contingências cíveis	8.546	(5.363)	3.183	920	4.103
Contingências trabalhistas	4.208	(177)	4.031	(299)	3.732
Participação no lucros	954	841	1.795	(1.784)	11
Outras contas a pagar	1.018	(381)	637	(13)	624
Provisão para perdas de créditos	2.777	577	3.354	(577)	2.777
Provisão para perda nos estoques	230	(230)	-	-	-
Amortização do ágio	335	(335)	-	-	-
Outros	4.676	6.672	11.348	(1.056)	10.292
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	65.070	(2.025)	63.045	8.650	71.695
Passivo diferido					
Variação cambial não realizada	(17.078)	(1)	(17.079)	17.079	-
Reavaliação (Mercosul)	(18.775)	1.006	(17.769)	1.067	(16.702)
Deemed cost	(35.130)	680	(34.450)	491	(33.959)
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(70.983)	1.685	(69.298)	18.637	(50.661)
Imposto Diferido Líquido	(5.913)	(340)	(6.253)	27.287	21.034

21. PROVISÕES DIVERSAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
(a) Benefícios a empregados	4.019	5.702	4.019	5.702
(b) Honorários advocatícios	9.292	8.274	9.292	8.274
(c) Outras	1.867	7.152	2.032	7.170
Total	15.178	21.128	15.343	21.146
Circulante	5.886	12.854	6.051	12.872
Não Circulante	9.292	8.274	9.292	8.274

(a) Benefícios a empregados - Representada substancialmente pela provisão sobre o montante do banco de horas passível de compensação.

(b) Honorários advocatícios - Provisão de honorários advocatícios sobre os processos de compra e venda de títulos e tributação sobre lucros de controlada no exterior, conforme descrito na nota explicativa n. 23.

(c) Outras - Provisão referente à participação nos resultados da companhia, bem como outras diversas obrigações.

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Comerciais	19.854	4.417	20.743	6.291
Energia Elétrica	3.432	1.329	3.432	1.329
Outras	1.180	337	1.184	340
Total	24.466	6.083	25.359	7.960

23. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para estes riscos.

Em 31 de dezembro de 2015, estão provisionados os montantes de R\$ 82.200 (controladora) e de R\$ 82.947 (consolidado), os quais, na opinião dos assessores legais, levantada em 31 de dezembro de 2015, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Trabalhistas	10.977	11.857	11.646	12.439
Cíveis	41.183	38.479	41.183	38.479
Fiscais	30.040	6.269	30.118	6.345
Total	82.200	56.605	82.947	57.263

- Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31.12.13	12.376	66.674	8.348	87.398	13.301	66.674	8.401	88.376
Constituição de provis	1.684	5.001	2.631	9.316	2.685	5.001	2.708	10.394
Baixas	(2.203)	(33.196)	(4.710)	(40.109)	(3.547)	(33.196)	(4.764)	(41.507)
Saldo em 31.12.14	11.857	38.479	6.269	56.605	12.439	38.479	6.345	57.263
Constituição de provis	2.273	3.361	28.632	34.266	2.360	3.361	28.634	34.355
Baixas	(3.153)	(657)	(4.861)	(8.671)	(3.153)	(657)	(4.861)	(8.671)
Saldo em 31.12.15	10.977	41.183	30.040	82.200	11.646	41.183	30.118	82.947

Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Contingências Cíveis

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Em 13 de maio de 2008 foram ajuizadas ações monitórias pela Massa Falida do Banco Santos S.A. e Massa Falida da Finsec S.A., empresa que pertencia ao Banco Santos, que segundo estimativas dos assessores jurídicos responsáveis por estas demandas representam uma contingência máxima de R\$ 45.768, sendo R\$ 13.459 possível e R\$ 32.309 provável.

O montante de R\$ 32.309, considerado como provável em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 29.116 em 31 de dezembro de 2014) encontra-se devidamente provisionados nas informações contábeis consolidadas da Companhia.

Contingências Fiscais

A Companhia e suas controladas estão questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não recolhimento ou a recuperação de pagamentos do passado.

Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas. Os valores de impostos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados até que se obtenha uma decisão final.

Possíveis

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo consolidado de R\$ 4.001.066 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 4.288.893 em 31 de dezembro de 2014). A probabilidade de êxito nesses processos foi considerada pelos assessores jurídicos como possível e, com base nessa opinião, a Administração da Companhia decidiu não constituir provisão para contingências para os referidos processos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Trabalhistas	8.217	4.123	8.279	4.123
Cíveis	41.899	14.943	41.899	14.943
Fiscais	3.939.474	4.245.450	3.950.888	4.269.827
Total	3.989.590	4.264.516	4.001.066	4.288.893

As naturezas das principais ações são as seguintes:

- Compra e Venda de Títulos

Autos de infração lavrados pela Receita Federal em 2003, 2004, 2005 e 2006, no montante de R\$ 3.779.739 (atualizados dezembro de 2015), referentes a imposto de renda retido na fonte em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior (T-Bills, T-Bonds, Argentine Global Bonds, etc.) entre os anos de 1998 e 2001 sendo R\$ 426.855 relativos ao ano de 1998, R\$ 424.465 relativos ao ano de 1999, R\$ 2.186.072 relativos ao ano de 2000 e R\$ 762.347 relativos ao ano de 2001.

Após o encerramento do processo administrativo relativo às operações de 1998, em 22 de fevereiro 2011, a Fazenda Nacional ajuizou a execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611. Em 17 de março de 2011, a Companhia ofereceu os bens integrantes de seu ativo imobilizado para fins de garantia da execução, o que foi aceito pela Fazenda Nacional. A Companhia apresentou, em 15 de abril de 2011, Embargos do Devedor. Em 28 de fevereiro de 2013, foi proferida decisão determinando a realização de perícia judicial para avaliação de bens integrantes do ativo da Companhia. Foi proferida decisão nos autos do Agravo de Instrumento nº 0007190-09.2011.4.03.0000, declarando ilegal a penhora de ativos financeiros realizada em 2011 e, em 27 de setembro de 2013, foi expedido alvará de levantamento dos valores bloqueados (na ordem de R\$ 8.400). Em outubro de 2013, a UF apresentou novo pedido de constrição, desta vez, relativo ao processo n. 93.00.02130-3. O pedido foi acolhido e, por consequência, foi interposto agravo de instrumento distribuído sob o n. 0027123-94.2013.4.03.0000, ao qual foi negado seguimento. Diante de tal situação, foi interposto agravo do artigo 557, par. 1º. Do CPC, o qual foi por unanimidade, provido, revogando assim, a ordem de penhora proferida na origem. Realizada nova avaliação dos bens da companhia. Obtivemos decisão favorável para liberação do depósito bloqueado. Os autos estavam na conclusão para análise acerca do reforço de penhora e os embargos estavam suspensos aguardando decisão sobre a penhora. Em setembro/2015 foi proferido despacho determinando nova verificação / constatação dos bens ofertados a penhora, bem como recebendo os embargos, sem efeito suspensivo. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível.

Acerca dos supostos débitos referentes às operações praticadas em 1999, o antigo Conselho de Contribuintes reconheceu, de forma definitiva, a decadência dos créditos tributários de IR/Fonte no período de 10 de maio de 1999 a 21 de dezembro de 1999, correspondente a 82,17% do valor total exigido no auto de infração. O débito remanescente do auto de infração foi inscrito em dívida ativa em 8 de fevereiro de 2011 e em 13 de maio de 2011 foi ajuizada a execução fiscal nº 0003205-23.2011.4.03.6114. Na sequência foram apresentados bens do ativo como garantia e em 27 de julho de 2011, opostos Embargos do Devedor nº 0005754-06.2011.4.03.6114, tendo sido determinado pela juíza o apensamento do processo à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.6114, para aproveitamento dos atos processuais em um único processo. Em razão do apensamento, foi proferida sentença julgando os Embargos nº 0005754-06.2011.4.03.6114 extintos sem julgamento de mérito e, por precaução, foi interposto recurso de Apelação pela Companhia, ao qual foi dado provimento para reformar a sentença. Foi dado provimento ao nosso recurso para reforma da sentença de extinção. Assim, os autos estão sendo encaminhados à primeira instância. Apresentamos aditamento aos primeiros embargos. Os autos estão apenas à execução de 1998. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos seus assessores jurídicos da Companhia como possível.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2000 foi julgado no âmbito do Primeiro Conselho de Contribuintes em abril de 2008, tendo sido reconhecida a decadência de 94,7% do débito. Em face dessa decisão, foram opostos embargos de declaração pela Companhia e Recurso Especial pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O processo foi distribuído à 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a qual apreciou os embargos apresentados. Em 10 de junho de 2011 os autos haviam sido encaminhados à Delegacia da Receita Federal de São Bernardo do Campo para ciência da decisão proferida e eventual interposição de Recurso Especial. Porém, os autos foram devolvidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para correção de erros formais que constavam na decisão, o que foi feito por meio de decisão proferida em 17 de abril de 2013. Atualmente aguarda-se recebimento dos autos na Delegacia da Receita Federal para ciência da decisão proferida e intimação da Companhia para interposição de Recurso Especial.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2001 foi julgado em 13 de março de 2013, pela 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que reconheceu, por maioria de votos, a decadência e respectiva extinção do direito de a Fazenda Nacional de constituir os créditos tributários relativos ao período anterior a 27 de novembro de 2001, bem como, por unanimidade, negou provimento ao Recurso Voluntário no tocante à parcela não abrangida pela decadência. Em face dessa decisão, a Procuradoria da Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial. Em 29 de agosto de 2013 a Companhia apresentou Embargos de Declaração em face do acórdão e contrarrazões ao Recurso Especial da Fazenda Nacional. Os embargos de declaração foram julgados de forma desfavorável. A companhia apresentou, então, recurso especial em 07/11/2014, o qual foi inadmitido em junho/2015. Atualmente, aguardamos o julgamento do Recurso Especial da Fazenda.

No que tange às operações praticadas em 2000 e 2001, pendentes de decisão final na esfera administrativa, os assessores jurídicos da Companhia classificaram a chance de perda como possível.

- **Tributação sobre Lucros de Controlada no Exterior**

Em 22 de abril de 2003, a Companhia entrou com mandado de segurança com pedido liminar para discutir judicialmente a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2158-35/01 e IN nº 213/02, que disciplinam a tributação do IRPJ e da CSLL sobre os lucros da sua controlada Bombril Overseas Inc., formados e alcançados pela regulamentação desde o ano de 1996 a 2002. Após ter sido proferida sentença favorável à Companhia, foi interposto recurso de Apelação pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região proferiu acórdão dando parcial provimento ao recurso. Foram opostos embargos de declaração, tanto pela Companhia quanto pela Procuradoria da Fazenda Nacional, os quais foram rejeitados por meio de acórdão publicado em 23 de dezembro de 2011. Em 11 de janeiro de 2012, foram opostos

novos embargos de declaração pela Companhia, os quais foram parcialmente acolhidos por meio de acórdão publicado em 30 de julho de 2012. Em 13 de agosto de 2012, foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário pela Companhia, e em 30 de agosto de 2012, a Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou novos embargos de declaração. Em 20 de setembro de 2012 os Recursos Especial e Extraordinário foram recebidos com efeito suspensivo por força de medida liminar concedida nos autos da Medida Cautelar nº 0025645-85.2012.4.03.0000. Em 28 de fevereiro de 2013 foi publicado acórdão rejeitando os embargos de declaração opostos pela Procuradoria da Fazenda Nacional e atualmente aguarda-se exame de admissibilidade e remessa Recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores.

Por ocasião do julgamento da ADIN 2588, o STF analisou a validade do artigo 74 da MP 2.158/01, no seguinte sentido:

- não é válida a aplicação do parágrafo único do artigo 74 da MP 2158/01 em relação aos lucros acumulados até 2001;
- é válida a aplicação do caput do artigo 74 da MP 2158/01 em relação aos lucros apurados por controladas no exterior a partir de 2002, sediadas em paraíso fiscal.

Assim, considerando as chances de êxito para os lucros apurados em 2002, bem como considerando a reabertura do prazo para inclusão de débitos no Refis IV, nos termos da Lei 12.865/2013, a Companhia optou pela inclusão parcial dos valores em discussão no Refis (lucros acumulados em 2002) e manteve a discussão para os lucros acumulados até 2001, bem como para a variação cambial.

O valor atualizado do débito em discussão perfazia o montante de R\$ 502.396 em 31 de dezembro de 2013, sendo que foi incluído no parcelamento o montante de R\$ 134.303 (valor histórico – dez/13) e foi mantida a discussão no montante de R\$ 436.861 em 31 de dezembro de 2015, como probabilidade de perda remota.

- Depósitos Judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais de R\$ 1.769 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 7.319 em 31 de dezembro de 2014) relacionados a processos de natureza civil, trabalhistas e tributárias que estão em andamento. As estimativas de perda para fazer frente a estes processos estão devidamente provisionadas.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social autorizado

O capital social autorizado está dividido em 60.000.000 ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 40.000.000 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital subscrito e integralizado é de 54.064.588 de ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 34.064.588 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de um dividendo 10% superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias. Para as ações de qualquer espécie é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor.

24.2. Programa de American Depositary Receipts

Em 6 de junho de 1994, foi iniciado o programa de *American Depositary Receipts* - ADR nível 1, aprovado pela *Securities Exchange Commission* (SEC), dos Estados Unidos da América, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Esse programa dá aos detentores de ações preferenciais da Bombril S.A. o direito de depositarem suas ações em custódia no Banco Bradesco S.A., em São Paulo, e receberem *American Depositary Receipts*-ADR em Nova York.

Estão depositadas no The Bank of New York 28.589 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2015, equivalentes a 28.589 ADR's, representando 0,05% do capital total.

24.3. Reserva de reavaliação

Em 31 de dezembro de 2015, a reserva de reavaliação reflexa da controlada Bombril Mercosul S.A., líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 32.421 (R\$ 34.492 em 31 dezembro de 2014).

24.4. Outros resultados abrangentes

24.4.1. Custo atribuído

Os ajustes por adoção do custo atribuído ao ativo imobilizado, líquido dos efeitos tributários da controladora, é de R\$ 1.787 em 2015 (R\$ 1.950 em 2014) e no consolidado é de R\$ 65.921 em 2015 (R\$ 66.875 em 2014). O custo atribuído é realizado ao ativo imobilizado registrado em ajuste de avaliação patrimonial, de acordo com a depreciação, alienação ou baixa do respectivo ativo imobilizado, contra a rubrica de lucros acumulados.

24.4.2. Ajuste acumulado de conversão

Conforme previsto no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 30 de janeiro de 2009, bem como na Deliberação CVM nº 640/10, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado "Ajustes Acumulados de Conversão", no qual foram registradas as variações cambiais resultantes da conversão das informações contábeis consolidadas de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

24.5. Debêntures conversíveis em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), realizada em 10 de junho de 2014 foi aprovada a emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, da primeira emissão da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de colocação privada, totalizando, na Data de Emissão, o valor de R\$ 70.000.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será objeto de atualização monetária, bem como não haverá resgates antes da data de vencimento. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios pré-fixados de 6,00% (seis por cento) ao ano, capitalizados anualmente, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Integralização até o vencimento das Debêntures. A Remuneração devida aos debenturistas será, em conjunto com o Valor Nominal Unitário, convertida em ações da Companhia. Não haverá, portanto, pagamento da Remuneração em pecúnia, exceto no caso de vencimento antecipado das Debêntures. As obrigações da Companhia serão imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, cross default, protesto de títulos acima de R\$ 10.000, inadimplemento das obrigações assumidas nessa emissão e reorganização societária sem aprovação dos debenturistas.

Em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Companhia, no âmbito da emissão de Debêntures, foi constituída alienação fiduciária da marca “Bombril” em favor dos debenturistas.

Em Fato Relevante publicado em 16 de setembro de 2014 a administração da Companhia divulgou aos seus acionistas, investidores e mercado em geral, que no âmbito da primeira emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), as quais foram objeto de colocação privada, foram subscritas 66.002.424,00 (sessenta e seis milhões, dois mil quatrocentos e vinte e quatro) Debêntures, totalizando, na presente data, o valor de R\$ 66.002 com vencimento em 10 de junho de 2019. As Debêntures que não foram subscritas no âmbito da Emissão foram canceladas pela Companhia.

O preço de conversão das Debêntures foi definido com base no preço médio das ações da Companhia, apontado pelo laudo de avaliação preparado pela APSIS (R\$ 0,41/ação). As ações resultantes da conversão contarão com as mesmas prerrogativas das demais ações ordinárias ou preferenciais da Companhia, sem quaisquer restrições, conforme a espécie das ações de titularidade do debenturista.

	Taxa anual de encargos	Controladora	Consolidado
	%	31.12.15	31.12.15
Debêntures conversíveis em ações - valor nominal		66.005	66.005
Juros conversíveis em ações em 31 de dezembro de 2014	6	1.333	1.333
Juros conversíveis em ações em 31 de dezembro de 2015	6	4.049	4.049
Total		71.387	71.387

25. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Receita bruta	1.567.445	1.617.037	1.589.731	1.623.079
(-) Deduções	(82.508)	(64.494)	(84.318)	(66.893)
(-) Impostos s/receita	(412.121)	(403.599)	(413.937)	(403.459)
Total	1.072.816	1.148.944	1.091.476	1.152.727

26. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias da Bombril S.A. em circulação durante os exercícios apresentados.

O quadro abaixo, apresentado em R\$, reconcilia o prejuízo apurado e os montantes utilizados no cálculo do prejuízo por ação básico e diluídos:

	<u>31.12.15</u>			<u>31.12.14</u>		
	<u>Ordinária (ON)</u>	<u>Preferencial (PN)</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinária (ON)</u>	<u>Preferencial (PN)</u>	<u>Total</u>
Numerador						
Lucro / (Prejuízo) atribuível a cada classe de ações	(139.444)	(237.504)	(376.948)	(21.272)	(36.232)	(57.504)
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	20.000.000	34.064.588	54.064.588	20.000.000	34.064.588	54.064.588
Prejuízo por ação (R\$) – Básico	(6,972)	(6,972)		(1,064)	(1,064)	
Prejuízo por ação (R\$) – Diluído	(5,222)	(6,972)		(0,805)	(1,064)	

As ações preferenciais não são conversíveis em ações ordinárias e a Companhia possui debêntures com potencial efeito diluidor, as quais foram consideradas no cálculo do prejuízo de ação – diluído.

27. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

A Companhia apresentou as demonstrações dos resultados utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Insumos	(517.287)	(501.068)	(522.620)	(492.058)
Despesas com pessoal	(195.146)	(175.462)	(199.339)	(179.041)
Energia elétrica	(28.790)	(10.838)	(28.790)	(10.838)
Manutenção	(16.642)	(9.971)	(16.835)	(10.057)
Depreciação e amortização	(22.071)	(15.279)	(29.398)	(22.441)
Despesas com promoção de vendas	(158.635)	(176.293)	(166.314)	(183.524)
Despesas com propaganda e marketing	(10.632)	(24.001)	(11.267)	(26.169)
Despesas de aluguéis	(16.607)	(16.009)	(13.538)	(12.563)
Despesas com fretes	(115.075)	(103.052)	(117.791)	(105.592)
Outras despesas	(52.870)	(50.023)	(55.987)	(53.323)
	<u>(1.133.756)</u>	<u>(1.081.996)</u>	<u>(1.161.878)</u>	<u>(1.095.606)</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Custo dos produtos vendidos	(683.428)	(641.284)	(688.731)	(629.386)
Despesas com vendas	(379.159)	(388.536)	(396.187)	(405.983)
Despesas administrativas	(71.169)	(52.176)	(76.960)	(60.237)
	<u>(1.133.756)</u>	<u>(1.081.996)</u>	<u>(1.161.878)</u>	<u>(1.095.606)</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
	<u>Higiene e limpeza</u>	<u>Higiene e limpeza</u>
Receita líquida de vendas	1.091.476	1.152.727
Custo dos produtos vendidos	<u>(688.731)</u>	<u>(629.386)</u>
Lucro bruto	402.745	523.341
Despesas com vendas	(396.187)	(405.983)
Despesas Administrativas	(76.960)	(60.237)
Outras despesas (receitas) líquida	<u>(35.100)</u>	<u>11.263</u>
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	(105.502)	68.384
Receitas financeiras	3.168	14.503
Despesas financeiras	(108.606)	(86.247)
Variação cambial, líquida	<u>(192.638)</u>	<u>(53.588)</u>
Lucro / (Prejuízo) antes dos impostos	(403.578)	(56.948)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(260)	(216)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>26.890</u>	<u>(340)</u>
Resultado Líquido das Operações Continuadas	(376.948)	(57.504)
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	-	-
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	<u>(376.948)</u>	<u>(57.504)</u>

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela presidência e corpo diretivo.

As informações apresentadas ao principal tomador de decisões para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos focam no resultado geral do negócio situado no mercado categoria, ou seja, focam na perspectiva de mercado de higiene e limpeza, seu principal segmento operacional.

Não houve transações entre segmentos da Companhia.

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
	<u>Higiene e limpeza</u>	<u>Higiene e limpeza</u>
Ativos totais	701.474	754.983
Passivos totais	701.474	754.983
Depreciação e amortização	(29.397)	(22.441)
Aquisição do imobilizado	39.600	41.010

29. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Juros sobre empréstimos	(53.956)	(37.239)	(54.463)	(37.796)
Juros sobre operações de terceiros	(40)	(4.393)	(40)	(4.393)
Juros sobre impostos	(50.870)	(40.698)	(50.964)	(40.733)
Encargos bancários	(3.083)	(3.272)	(3.138)	(3.325)
Receitas financeiras	2.569	12.792	3.166	14.503
Variação cambial líquida	(60.323)	207	(192.637)	(53.588)
Total	(165.703)	(72.603)	(298.076)	(125.332)

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

- a) Considerações sobre riscos
 - i) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não têm garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

Abaixo evidenciamos a composição dos títulos a receber da companhia por data de vencimento, evidenciando o risco de crédito de sua carteira de clientes:

Período	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
A vencer	74.594	130.582	79.377	134.999
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	33.307	32.251	34.600	32.943
De 31 a 60 dias	4.230	8.677	4.743	8.903
De 61 a 90 dias	8.116	5.149	8.400	5.423
De 91 a 180 dias	14.270	5.461	14.923	7.842
Acima de 181 dias	45.484	16.955	52.927	21.581
	180.001	199.075	194.970	211.691
PECLD	(10.934)	(7.133)	(12.765)	(7.525)
	169.067	191.942	182.205	204.166

ii) Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de câmbio.

iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

iv) Risco de preço dos insumos.

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, de forma a otimizar a equação do custo do produto vendido.

v) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequado, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O endividamento líquido é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Dívida	132.001	137.110	138.415	143.102
Caixa e equivalentes de caixa	(16.828)	(12.958)	(17.939)	(52.672)
Aplicações financeiras não circulante	(7.740)	(6.455)	(7.740)	(6.455)
Dívida líquida	<u>107.433</u>	<u>117.697</u>	<u>112.736</u>	<u>83.975</u>

A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Controladora							
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2015							
Passivos de arrendamento financeiro	17,06	3	7	29	-	-	39
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	21,73	5.359	10.719	48.235	31.677	-	95.990
Instrumentos a taxas de prefixadas	12,87	1.907	3.812	17.153	13.100	-	35.972
		<u>7.269</u>	<u>14.538</u>	<u>65.417</u>	<u>44.777</u>	<u>-</u>	<u>132.001</u>
31 de dezembro de 2014							
Passivos de arrendamento financeiro	18,12	32	63	285	34	-	414
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	17,67	5.985	11.971	53.867	39.175	-	110.998
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,36	742	1.485	6.682	16.399	390	25.698
		<u>6.759</u>	<u>13.519</u>	<u>60.834</u>	<u>55.608</u>	<u>390</u>	<u>137.110</u>

Consolidado							
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro 2015							
Passivos de arrendamento financeiro	17,06	3	7	29	-	-	39
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	21,73	5.359	10.719	48.235	31.677	-	95.990
Instrumentos a taxas de prefixadas	11,89	2.062	4.124	18.556	17.644	-	42.386
		<u>7.424</u>	<u>14.850</u>	<u>66.820</u>	<u>49.321</u>	<u>-</u>	<u>138.415</u>
31 de dezembro 2014							
Passivos de arrendamento financeiro	18,12	32	63	285	34	-	414
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	17,66	5.985	11.971	53.867	39.175	-	110.998
Instrumentos a taxas de prefixadas	4,74	861	1.723	7.752	20.964	390	31.690
		<u>6.878</u>	<u>13.757</u>	<u>61.904</u>	<u>60.173</u>	<u>390</u>	<u>143.102</u>

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos indexados a taxa de juros (não inclui caixa e bancos) da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

		Controladora				
	Taxa de juros efetiva média ponderada %	Menos de 1 mês R\$	De 1 a 3 meses R\$	De 3 meses a 1 ano R\$	De 1 a 5 anos R\$	Total R\$
31 de dezembro de 2015						
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	14,67	-	1.464	603	5.673	7.740
		-	1.464	603	5.673	7.740
31 de dezembro de 2014						
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	11,97	1.931	53	4.291	1.995	8.270
		1.931	53	4.291	1.995	8.270

		Consolidado				
	Taxa de juros efetiva média ponderada %	Menos de 1 mês R\$	De 1 a 3 meses R\$	De 3 meses a 1 ano R\$	De 1 a 5 anos R\$	Total R\$
31 de dezembro de 2015						
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	14,67	-	1.464	603	5.673	7.740
		-	1.464	603	5.673	7.740
31 de dezembro de 2014						
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	11,46	40.874	53	4.291	1.995	47.213
		40.874	53	4.291	1.995	47.213

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos a mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório.

b) Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base nas quais as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3 destas informações contábeis consolidadas.

c) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	16.828	12.958	17.939	52.672
Aplicações Financeiras	7.740	6.455	7.740	6.455
Empréstimos e recebíveis				
Contas a Receber	169.067	191.942	182.201	204.166
Outras Contas a Receber	7.622	1.728	7.896	1.873
Passivos financeiros				
Contas a Pagar	264.268	150.648	269.181	156.104
Empréstimos e Financiamentos	132.001	137.110	138.415	143.102

d) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta ao Euro e Dólar. Em 31 de dezembro de 2015, os principais saldos atrelados à moeda estrangeira são relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Eurobonds	501.449	447.010	-	-
Total	501.449	447.010	-	-
Valores a pagar de terceiros	27.492	20.883	27.492	20.883
Total	27.492	20.883	27.492	20.883
Fornecedores	732	1.438	732	1.438
ACC	-	5.356	-	5.356
FINIMP	-	1.489	-	1.489
Total	732	8.283	732	8.283

A análise de sensibilidade efetuada considera os efeitos de uma redução de 10% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes saldos em aberto na data do balanço.

A taxa de sensibilidade utilizada corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de cambio sobre os saldos em 31 de dezembro de 2015 seria uma despesa financeira de R\$ 53.112 na controladora, quando e caso ocorresse a desvalorização da moeda (R\$ 2.967 no consolidado).

e) Análise de sensibilidade de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 2% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 2% mais alta e todas as outras variáveis se mantivessem constantes:

O prejuízo líquido do período em 31 de dezembro de 2015 aumentaria em R\$3.164 (aumentaria em R\$2.769 em 31 de dezembro de 2014). Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

f) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08.

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 478 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 478:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 27.a.iv;
- Um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados, dentro do esperado para a Companhia, e que é referenciada por fonte externa independente;
- Definição de dois cenários com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada;
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

O demonstrativo de análise de sensibilidade suplementar é como segue:

Controladora:

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Passivos em Euro	Valorização do Euro	132.235	264.471
Passivos em Dolar	Valorização do Dolar	183	366
Exposição líquida		132.418	264.837

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Empréstimos	Aumento na taxa de juros	6.398	12.795
Exposição líquida		6.398	12.795

Consolidado:

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Passivos em Euro	Valorização do Euro	6.873	13.746
Passivos em Dolar	Valorização do Dolar	183	366
Exposição líquida		7.056	14.112

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Empréstimos	Aumento na taxa de juros	6.475	12.950
Exposição líquida		6.475	12.950

g) Valor justo dos instrumentos financeiros

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O IFRS descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas para mensuração ao valor justo:

Mensurações de valor justo de Nível 1 – São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 – São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 – São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

31.12.15						
Controladora			Consolidado			
Ativos financeiros	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
Valor justo por meio do resultado	-	7.740	-	-	7.740	-
Total:	-	7.740	-	-	7.740	-

31.12.2014						
Controladora			Consolidado			
Ativos financeiros	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
Valor justo por meio do resultado	-	8.271	-	-	47.213	-
Total:	-	8.271	-	-	47.213	-

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir:

		Controladora			
		31.12.15		31.12.14	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
Caixa e saldos de bancos		16.828	16.828	11.142	11.142
Aplicações Financeiras		7.740	7.740	8.271	8.271
		<u>24.568</u>	<u>24.568</u>	<u>19.413</u>	<u>19.413</u>
Passivos financeiros					
Empréstimos e Financiamentos		132.001	132.001	137.110	137.110
		<u>132.001</u>	<u>132.001</u>	<u>137.110</u>	<u>137.110</u>
		Consolidado			
		31.12.15		31.12.14	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
Caixa e saldos de bancos		17.939	17.939	11.914	11.914
Aplicações Financeiras		7.740	7.740	47.213	47.213
		<u>25.679</u>	<u>25.679</u>	<u>59.127</u>	<u>59.127</u>
Passivos financeiros					
Empréstimos e Financiamentos		138.415	138.415	143.102	143.102
		<u>138.415</u>	<u>138.415</u>	<u>143.102</u>	<u>143.102</u>

Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas informações contábeis consolidadas pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado e se aproximam do seu valor justo.

i) Caixa, bancos e aplicações financeiras

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas informações contábeis consolidadas. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

ii) Empréstimos e Financiamentos

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado dos mesmos foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. As condições e os prazos destes empréstimos e financiamentos estão apresentados nas Notas 18. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas informações contábeis consolidadas.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de mitigá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos da Companhia é de R\$989.084 (R\$944.943 em 2014), composta da seguinte forma: Prédios R\$119.811 (R\$118.843 em 2014); Máquinas e Móveis e Utensílios R\$315.556 (R\$304.297 em 2014); Mercadorias e Matérias-Primas R\$63.743 (R\$58.620 em 2014); Lucro Cessantes R\$489.974 (R\$463.183 em 2014). As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das informações contábeis consolidadas individuais e consolidadas, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

32. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

Avais, fianças e garantias

A Companhia possui como garantia, hipotecas (todos os graus), avais, penhor, caução e fianças no montante de R\$ 418.060 em 31 de dezembro de 2015, sendo que R\$ 37.687 referem-se a itens do ativo imobilizado oferecidos em garantia e R\$ 380.373 referem-se a participações societárias, avais e cauções. Estes foram dados como garantia de processos judiciais em andamento, contratos de fornecimentos de produtos, arrendamento mercantil e compromissos de empresas relacionadas.

Os ativos imobilizados dados em garantia à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611 (vide nota explicativa 23 – Compra e Venda de Títulos) ainda não estão contemplados nesta nota, pois estão em trâmite de formalização junto à Fazenda Nacional.

